

## RESUMO

Trata-se da Organização do Conhecimento e sua relação com a Bibliografia Histórica mediada pelo objeto-livro. As reflexões fazem parte do projeto de dissertação em andamento intitulado "A Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife e seu catálogo sistemático de 1896: uma análise sob a perspectiva da Organização do Conhecimento e da Bibliografia Histórica". A Pesquisa aprovada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco tem por objetivo demonstrar como o campo de atuação da Bibliografia Histórica, enquanto aparato teórico-metodológico, confere caráter interdisciplinar à Organização do Conhecimento. A pesquisa documental e bibliográfica possui amparo epistemológico na Ciência da Informação, especificamente na Organização do Conhecimento e na relação interdisciplinar estabelecida com a Biblioteconomia e a História do Livro. A análise histórico-bibliográfica destaca o Catálogo Geral de 1896, da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife e seus elementos constitutivos: natureza, planejamento, materialidade, repertório e análise semântica do *corpus* documental. O Catálogo Geral constitui a ferramenta básica para entender a socialização do conhecimento registrado.

**Palavras-chave:** Organização do Conhecimento. Bibliografia Histórica. História do Livro. Biblioteconomia. Ciência da Informação. Interdisciplinaridade.

## ABSTRACT

It deals with the Organization of Knowledge and its relationship with the Historical Bibliography mediated by the book object. The reflections are part of the ongoing dissertation project entitled "The Library of Recife Law School and its systematic catalog of 1896: an analysis from the perspective of the Knowledge Organization and the Historical Bibliography." The research approved in the Graduate Program in Information Science of the Federal University of Pernambuco aims to demonstrate how the field of action of the Historical Bibliography, as a theoretical-methodological apparatus, confers an interdisciplinary character to the Knowledge Organization. Documentary and bibliographic research has epistemological support in Information Science, specifically in the Knowledge Organization and in the interdisciplinary relationship established with Library and Book History. The historical-bibliographical analysis highlights the 1896 General Catalog of the Recife Law School Library and its constitutive elements: nature, planning, materiality, repertoire and semantic analysis of the documental corpus. The General Catalog is the basic tool for understanding the socialization of recorded knowledge.

**Keywords:** Knowledge Organization. Historical Bibliography. Book History. Librarianship. Information Science. Interdisciplinarity.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

A Ciência da Informação (CI) é conhecida por seu caráter interdisciplinar que agrega contribuições de áreas como a Psicologia, a Matemática, a Economia e a Sociologia entre outras ciências. Para Le Coadic (2004, p. 20) “A interdisciplinaridade traduz-se por uma colaboração entre diversas disciplinas, que leva a interações, isto é, uma certa reciprocidade nas trocas, de modo que haja, em suma, enriquecimento mútuo”. Dentre as subáreas que compõem a CI, a gênese da Organização do Conhecimento (OC) nos remete à necessidade do controle bibliográfico diante da explosão documental. Assim,

[...] a ideia de organizar e mapear as publicações existentes, enquanto representantes de um conhecimento registrado tornou-se expressiva, e denomina-se controle bibliográfico, que pressupõe um domínio completo sobre os itens que registram o conhecimento, no intuito de identificá-los, localizá-los e obtê-los, que por sua vez, passam a necessitar de toda uma atenção de estudos que envolvem esses aspectos." (SHERA, 1975 apud PINHO, 2009, p. 30).

O conhecimento registrado ou passível de socialização constitui o objeto de estudo da Organização do Conhecimento tendo no objeto-livro seu principal veículo de acesso e preservação (BARITÉ, 2015). A necessidade de tornar o conhecimento como algo visível e palpável acompanha a humanidade desde épocas mais remotas e traz conforto e segurança à sua existência (POMBO, 1988; ARAÚJO, 2018). Neste sentido, às bibliotecas compete impor ordem à produção crescente de registros documentais sistematizando o conhecimento e lançando sobre ele representações que o tornem compreensível e acessível.

O ato de classificar integra a História do Livro e das bibliotecas, antes mesmo do surgimento do livro-códice<sup>3</sup> ou da impressa. As classificações estão sempre relacionadas a um propósito e este, à noção de organização (GOMES, 2017). Sejam filosóficas (categorização das ciências) ou bibliográficas (preservação da informação em bibliotecas) a ação classificatória busca tratar o conhecimento de maneira sistêmica, tornando-o compreensível e acessível por meio de conceitos, esquemas de classificação, códigos de catalogação ou bibliografias que deem conta da representação da informação de maneira organizada.

Com a organização dos registros do conhecimento foi possível dar forma à produção documental, e ainda trazer “a ordenação do movimento elementar do pensamento” (SORDET, 2017, p. 23) por meio de listas, catálogos, repertórios, índices, dentre outras ferramentas bibliográficas. Tais produtos bibliográficos resultam de práticas biblioteconômicas e integram a História do Livro por meio da organização, preservação e uso da informação. Diante disso, Pinho (2009, p. 21, grifo nosso) descreve:

Os estudos sobre a **organização do conhecimento** têm ligação com as pesquisas sobre a **história do livro e da escrita**, uma vez que os meios, utilizados para comunicar ideias, representam um componente importante na relação leitor-texto, pelo fato de condicionarem os próprios modos de pensar. Dessa forma, a relação que se estabelece

<sup>3</sup> Roger Chartier e André Belo ratificam os primeiros suportes da escrita: conchas, cascos de tartarugas, tábuas de pedra, tabletes de madeira ou argila, rolos de papiro ou pergaminho. Esses materiais são considerados “tipos de livro” que antecederam o formato atual do livro que é o códice.

entre esses componentes influenciará a produção do conhecimento e, logo, a sua organização.

Assim, a pesquisa visa demonstrar como o campo de atuação da Bibliografia Histórica, enquanto suporte teórico-metodológico, confere caráter interdisciplinar à Organização do Conhecimento. É pressuposto que o conhecimento registrado ganha novo sentido na materialidade do objeto-livro ao ser analisado sob a perspectiva da Bibliografia Histórica, vertente da Bibliografia que, deixando de lado apenas a descrição física dos objetos informacionais é um “campo de estudo [...], [que] sinaliza uma mudança, parcial mas significativa, de questões de autoridade de texto para aquelas de disseminação e leitura enquanto questões de razão política e econômica” (McKENZIE, 2018, p. 11). Assim também “pode se tornar uma disciplina central, fundamental para o entendimento das formas através das quais uma comunidade “informa” e produz sentido em suas experiências” (CRIPPA, 2015, p. ii).

Na perspectiva da Bibliografia Histórica, a análise histórico-documental do “Catálogo Geral da Biblioteca da Faculdade de Direito”, produzido pelo jurista-bibliotecário Manuel Cícero Peregrino da Silva, em 1896, fundamentará a ação interdisciplinar conferida à OC. Daí, o desenvolvimento de algumas reflexões na dissertação intitulada “A Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife e seu catálogo sistemático de 1896: uma análise sob a perspectiva da Organização do Conhecimento e da Bibliografia Histórica” cujos objetivos apresentamos a seguir.

## 2 OBJETIVOS

A dissertação em andamento tem como *objetivo geral* analisar os processos de produção do catálogo de 1896 sob a perspectiva da Organização do Conhecimento e da Bibliografia Histórica. Quanto ao *objetivo específico* é descrever o Catálogo Geral da Biblioteca de Direito, por meio da descrição dos seus elementos constitutivos. São eles:

- a) natureza/finalidade; b) planejamento; c) materialidade; d) repertório; e) análise semântica do *corpus* documental.

Reunidas as informações básicas, será demonstrado em um quadro geral o *modus operandi* aplicado à organização do conhecimento e da informação adotados para o catálogo e os indícios do gesto bibliográfico da cultura livresca jurídica à época da República Velha. A Bibliografia Histórica proporcionará um *corpus* informacional a ser utilizado na contextualização do catálogo e o *modus operandi* que à época sistematizou o conhecimento registrado na instituição. Serão considerados os aspectos históricos e críticos pertinentes à Bibliografia, desde a produção até o acesso e seu uso.

## 3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E BIBLIOGRAFIA: APARATO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A sistematização do conhecimento está intimamente ligada ao senso de organização da palavra escrita que nos legou diferentes tipos de classificação para os registros documentais,

dentre os quais, destacamos a classificação bibliográfica desenvolvida para bibliotecas cujo cerne gira em torno da organização dos registros documentais e da socialização da informação. A informação, por sua vez, é o ativo da memória e quando há perda da informação, perde-se a identidade e o capital informacional é reduzido.

A classificação é entendida por Shera (1965 apud BETTENCOURT 2011, p. 28) como: “a história da busca pela organização do conhecimento humano, uma história da adaptação dos sistemas filosóficos aos materiais e às necessidades das bibliotecas”. Por meio da classificação, a biblioteca desempenha sua função de organização do conhecimento demonstrando toda a gama de assuntos presentes nos livros e suas possíveis relações. Assim entendido, Langridge (1977, p. 45) reitera que “a característica mais importante da classificação em biblioteca é, portanto, sua relação com a classificação do conhecimento”. Devido à classificação, o senso de organização traz ordem e disciplina a multidão de ideias dispersas nos livros, sistematizando o conhecimento em catálogos, bibliografias, tesouros, instrumentos de informação.

A natureza subjetiva do conceito de informação faz Buckland (1991) incorporar o conceito de documento, primeiramente apresentado por Briet (2016), reforçando a necessária materialidade documental. O conhecimento registrado gera informação e exerce sua função social por meio de um suporte físico. Desse modo, vê-se no âmbito da OC estudos que promovem o retorno à junção da materialidade e do conteúdo do objeto-livro de maneira a reforçar o caráter social da informação ao que Donald Mckenzie (2018, p. 15, grifo do autor), acrescenta:

[...] um livro nunca é somente um *objeto* admirável. Como qualquer outra tecnologia, ele é invariavelmente o produto da agência humana em contextos altamente voláteis, que o estudo acadêmico responsável deve procurar recuperar se quisermos melhor entender a criação e a comunicação de significado como as características definidoras das sociedades humanas.

Chartier (1999) e Darnton (2010), entre outros historiadores, defendem a ideia do livro enquanto objeto cultural. Essa percepção é reforçada na “sociologia dos textos” defendida por Mckenzie (2018). Para contextualizar o livro, enquanto objeto cultural, Darnton o identifica como produto somatório de variáveis presentes no tempo e espaço no qual circula.

Diante dessa perspectiva e frente aos avanços das tecnologias da comunicação e da perda irremediável dos registros da memória no final da década de 1990, na França<sup>4</sup>, houve um despertar das ciências humanas numa volta aos marcos do passado, para contrabalançar a supervalorização do conteúdo dos documentos em detrimento do continente. Assim, há o retorno da união entre o conteúdo das obras e o seu suporte físico revelando a complexa rede de atores que atuam, por exemplo, num ambiente de biblioteca, atribuindo aos livros representações que denotam tanto os objetivos institucionais, como a influência da carga cultural de quem os classifica. Aqui, Organização do Conhecimento e Classificação são entendidas como sinônimos, embora tratem de dois conceitos distintos e possuam o mesmo propósito de atuação: sistematizar o conhecimento de maneira lógica e compreensível.

---

<sup>4</sup> Bibliotecários, historiadores e pesquisadores, de diversas áreas, reuniram-se numa conferência na França, em 1994, para refletir sobre o destino da Biblioteca Pública e Nacional da França. Como fruto desse encontro foi editada a obra “O Poder das Bibliotecas” reunindo textos que enfatizavam a importância do livro e da biblioteca como registro do conhecimento, por conseguinte, registro da memória. Cf. BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

A visão de mundo imbuída da carga cultural que cada indivíduo leva consigo, quando aplicada à organização em bibliotecas, manifesta o gesto bibliográfico e este, influenciado pela sistematização das ciências e, posteriormente, impelido pelo aumento da produção documental, impacta a organização da informação. Novidades surgiram na esteira de um novo *modus operandi* que migrou da “ordem racional do conhecimento” para a “ordem arbitrária do alfabeto”. Esse novo recurso trouxe mudança de ponto de vista na perspectiva do tratamento e uso da informação. Os índices alfabéticos passaram a integrar o arranjo sistemático do catálogo-códice firmando-o como ferramenta de referência na economia do livro, mesmo depois do surgimento do catálogo-fichário. Logo, a feitura de um catálogo apresenta um discurso moldado não apenas por regras e princípios técnicos ou filosóficos, mas, sobretudo, do reflexo do tempo e espaço em que foi construído e por quem foi planejado. Logo, seguindo o raciocínio de Jacob (2008, p. 46): “A acumulação pura dos livros deve ser acompanhada de um projeto intelectual, de uma ordenação, uma ‘sintaxe’”.

Fruto dessa nova dinâmica documental, eis que a Bibliografia assume um papel fundamental na mediação da informação integrando os estudos da Organização do Conhecimento e Biblioteconomia. Seu campo de ação vai além da socialização da informação por meio do seu caráter pós-custodial e incorpora o *status* de uma “metadisciplina para o tratamento dos documentos” (CRIPPA, 2015, p. iv). Assim, adquire um caráter tanto descritivo quanto interpretativo revelando as tensões a que as bibliotecas estão submetidas como esclarece Verri (2010, p. 38-39):

Uma biblioteca, entretanto, não é “uma instituição que existe em si e por si”, ela se projeta em dois sentidos, um voltado para sua dimensão interior, num sistema de comunicação inter-humana e outro voltado para o exterior, como instrumento social e político do homem. Na inter-relação desses dois sentidos, estabelece-se um jogo político entre a instituição, os indivíduos e o Estado, o que determina sua integração ou diferenciação no conjunto de valores comuns que regem historicamente a sociedade.  
[...]

Isto significa que a biblioteca constitui-se e serve distintamente a diferentes interesses, atravessando as classes sociais e tornando-se campo onde se acumulam contradições, oposições, afirmações, negações, tradições e inovações. Ressalta-se a força dialética que a biblioteca tem e propicia, permitindo entendê-la como uma instituição que, por meio de registros informacionais, relaciona-se e é impulsionada pela memória, pelo desenvolvimento e movimento histórico do homem.

A Bibliografia, portanto, firma uma postura interdisciplinar ao relacionar o objeto-livro em seus aspectos tanto materiais quanto sociais aos estudos da Organização do Conhecimento, da Biblioteconomia e da História do Livro. Sua origem é anterior à imprensa, como fica visível nos estudos de Louise-Noëlle Malclès (1956). Questão vista por Crippa (2015) ao analisar a organização da informação, a partir de uma obra de referência do século VI de autoria de Cassiodoro “*De Institutione Divinarum Litterarum*”. A consagração do termo é decorrente da presença dos tipos móveis e da atuação de eruditos como Conrad Gesner (séc. XVI) a quem se confere a introdução da palavra bibliografia, indicando o sentido de descrição e indicação de livros. André Araújo (2015, p.120) define Bibliografia enquanto disciplina por meio da:

Produção e difusão de documentos (instrumentos) de registro, organização, representação, acesso e mediação da cultura escrita, notadamente os inventários,

catálogos e bibliografias que foram produzidos e aperfeiçoados, seja na era manuscrita ou impressa.

Isso revela, segundo o autor, “a esfera bibliotecária da Bibliografia”. Mas a Bibliografia não apenas trata da organização e representação do conhecimento e da informação como dedica atenção ao próprio objeto informacional: o livro, por meio de sua fisicalidade, “considerando a ideia de que a forma do livro/documento determina o seu sentido e seus modos de apropriação. Teríamos aqui a *esfera material* da Bibliografia”. (ARAÚJO, 2015, p.120).

A Bibliografia perdurou enquanto ferramenta e produto de organização e disseminação do conhecimento até que sua atuação foi-se esmaecendo dos currículos acadêmicos em detrimento das novas tecnologias da informação. O fator econômico também contribuiu para interromper a produção de bibliografias, que demandam, além de pessoal especializado, recursos de ordem financeira para sua manutenção (ARAÚJO, 2018). Com Mckenzie, na década de 1980, voltou ao cenário acadêmico a discussão em torno do livro, mediante o estudo da sociologia dos textos, o que proporciona vislumbrar os sentidos do objeto-livro, por meio da análise de documentos e de sua organização.

A instrumentalização da Bibliografia Histórica pode extrair da bagagem informacional dos textos a materialidade outorgada ao objeto-livro. Sendo um ramo da Bibliografia material ou analítica, a Bibliografia Histórica passou a ser desenvolvida pelos livreiros, comerciantes de obras raras que a cada detalhe descrito sobre os livros, individualizava-os ainda mais e sobre eles atribuía valor. Para André Araújo (2008, p. 22) a Bibliografia Histórica representa “a mudança de relações entre os livros e sociedades que os produziram e os utilizaram, mas também como a abordagem histórica de sistemas bibliográficos para a organização da informação e do conhecimento registrado”.

Logo, a interdisciplinaridade aqui requerida à Organização do Conhecimento é atribuída à capacidade que a Bibliografia Histórica possui de interligar áreas comuns aos estudos sobre o objeto-livro, sua produção, representação, disseminação e uso. Como a seguir, na análise do Catálogo Geral da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, publicado em 1896.

#### 4 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA HISTÓRICA À ANÁLISE DO CATÁLOGO GERAL DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO

A Faculdade de Direito do Recife, instituição pública de ensino, sediada na capital pernambucana, recebeu em 1896 o segundo catálogo impresso de sua coleção. A produção de catálogos para as bibliotecas das Academias Jurídicas vinha sendo regulamentada por lei, desde 1855. No governo republicano o empreendimento recebeu novas orientações sendo a mais recente por meio do Decreto nº 1.159, de 3 de dezembro de 1892 com a aprovação do “*Código das disposições comuns às instituições de ensino superior dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores*”. O jurista-bibliotecário Manuel Cícero Peregrino da Silva, na diretoria da Biblioteca, reproduziu na Advertência da obra o planejamento prescrito por lei:

Art. 149. *Haverá na bibliotheca quatro catalogos: das obras, pelas especialidades de que tratarem; das obras, pelos nomes de seus autores; dos dictionarios; das publicações periodicas.*

A disposição acima instruiu o lastro geral do catálogo, ordenando de forma sistêmica as matérias e introduzindo o índice alfabético de autor. Por catálogo sistemático entenda-se “Catálogo de assuntos classificados [...] isto é, que empregam códigos numéricos ou alfanuméricos – sistemas de classificação – para representar os assuntos.” (MEY, 1995. p. 72). Na gestão de Peregrino, repercutem os elogios feitos ao acervo organizado pelo jurista-bibliotecário Clóvis Beviláqua, seu antecessor. A sinalização imposta aos livros era uma numeração fixa de acordo com o número de tombamento anotado no dorso do volume que os ordenava em estantes também numeradas. A publicação trouxe ao conhecimento público um acervo jurídico e geral que acumulava mais de seis mil volumes<sup>5</sup>. Cada título era referenciado pelo autor em negrito seguido do título<sup>6</sup>, responsável pela tradução, edição, imprensa, formato e quantidade de exemplares. No término da obra a errata reparava os erros tipográficos, inevitáveis. Além do índice que integrava o catálogo sistemático ampliando o cruzamento de informações, Peregrino também fez uso das remissivas trazendo dinâmica à pesquisa e ampliando os pontos de acesso à informação.

A Biblioteca de Direito, embora tivesse um acervo de natureza humanista, especializava-se cada vez mais em sua área de atuação. Se o Direito Canônico prevaleceu no núcleo formador da Biblioteca, 66 anos após a criação da Biblioteca o Direito Romano, o Público, o Constitucional e o Civil expressavam os novos rumos do ensino jurídico brasileiro que aos poucos afastava-se da concepção divina e tornava-se produto da atividade humana (BEVILÁQUA, 2012). A distribuição das matérias no catálogo que reúne o acervo jurídico e o acervo de obras gerais, à semelhança da edição do primeiro catálogo de 1860<sup>7</sup>, inicia pelo Direito. Peregrino, por sua vez, amplia as subdivisões das classes jurídicas em 17 ramificações baseadas no currículo acadêmico e este, seguia a normativa nacional distribuição das disciplinas regulada pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, órgão federal a que os estabelecimentos de ensino superior eram subordinados.

Logo, ficaram divididas as classes na seguinte ordem: *I. Sciencias jurídicas e sociaes. 1. Philosophia do direito, 2. Direito romano, 3. Direito publico e constitucional, 4. Direito civil, 5. Direito criminal e criminologia., C. Direito criminal militar, 7. Direito internacional publico e privado, 8. Economia política, 9. Sciencia das finanças e contabilidade do estado, 10. Direito comercial, 11. Processo civil, commercial e criminal, 12. Medicina publica, 13. Sciencia da administração e direito administrativo, 14. Historia do direito, 15. Legislação comparada sobre o direito privado, 16. Direito eclesiástico, 17. Miscellanea juridico-social, 18. Legislação brasileira, 19. Legislação estrangeira e 20. Politica e administração brasileiras.*

<sup>5</sup> No relatório apresentado à Congregação em 1898, o professor José Joaquim de Oliveira Fonseca informa ter a Biblioteca acumulado cerca de 10.000 volumes.

<sup>6</sup> Os títulos são apresentados na íntegra sem abreviação e no idioma do próprio documento, portanto, não foram traduzidos para o português.

<sup>7</sup> No ano de 1860 a Biblioteca da Faculdade de Direito tem publicado seu primeiro catálogo cuja produção era requerida por lei, desde 1854. Organizado pelo cônego-bibliotecário Joaquim Pinto de Campos sua feitura denota simplicidade e reflete estado no qual a Biblioteconomia ainda dava seus primeiros passos na Biblioteca de Direito, 30 anos após sua criação.

O senso de classificação que Langridge (1977) afirma ser natural aos humanos e à organização dos registros que acompanham e integram a evolução das bibliotecas ao senso de mediação da informação. Assim, Peregrino decidiu classificar os assuntos gerais que formavam o acervo da Biblioteca de maneira a melhor atender seu público alvo. Como resultado, fugindo a adoção de qualquer sistema bibliográfico em voga, ele mesmo desenvolveu a classificação dos demais assuntos referente as áreas que compunham o corpus do catálogo em 17 classes na seguinte ordem: *II Sciencias physicas e naturaes, III. Sciencias medicas, IV. Mathematica, V. Philosophia, VI Religião, VII Geographia, VIII. Historia, IX. Philologia e linguística, X Rhetorica e poética, XI. Litteratura, XII. Bibliographia, XIII. Instrucção e educação, XIV Artes e industrias, XV. Encyclopedia, XVI. Polygraphia, XVII. Variedades*. Nenhuma das classes apresenta ramificações.

Ao fazer esta escolha, Peregrino não contrariou nenhuma ordem estabelecida, mas tão somente adequou a organização do acervo à classificação<sup>8</sup> que melhor atendesse sua comunidade acadêmica. Ele não usou de princípios arbitrários e talvez tenha consultado obras de referência (anais da Biblioteca Nacional, catálogos, bibliografias, manuais para bibliotecários) presentes no catálogo na seção

“*Bibliographia*”. Mesmo sem fazer menção ao uso de sistema de classificação ou catalogação vigente como a do livreiro francês Jaques Brunet (1780-1867) de quem a Biblioteca Pública à época possuía a edição de 1847, Peregrino pode ter sido influenciado pela praticidade que a Biblioteconomia na França, Itália e Alemanha adquirira no arranjo dos livros e na representação da informação.

O ajuste feito por Peregrino à distribuição das matérias demonstra o avanço e integração das ciências nos estudos jurídicos por meio de obras de física, química e biologia, por exemplo, integrando as Ciências Médicas ao Curso Jurídico.

A gestão de Peregrino é motivo de elogios nas Memórias Históricas da Faculdade de Direito e nos seus Relatórios Administrativos. Além da aquisição de boas obras, a organização física e o próprio catálogo colaboraram para dar vida à biblioteca dinamizando o uso do acervo. Peregrino aparentava calma e descrição. Bem relacionado com seus pares, tentou ingresso na vida docente, mas foi reprovado. Seu verdadeiro dom foi desenvolvido na direção da Biblioteca de Direito, dela saindo em 1900 para assumir a direção da Biblioteca Nacional, a mais alta instituição congênere no Brasil (BITTENCOURT, 1967).

No Catálogo Geral da Biblioteca de Direito são elencados volumes de livros, periódicos, teses e obras de referência indicadas pela tipologia documental. O critério usado na seleção do repertório é destacado por Peregrino como sendo apenas as obras encadernadas, até junho do ano corrente. Daí, a importância da encadernação, serviço previsto em lei, como elemento de conservação dos volumes e aqui apontado como critério para a seleção do *corpus* documental<sup>9</sup> que compôs o catálogo. O catálogo foi produzido no Recife na *Empresa d'A Provincia*, rua

---

<sup>8</sup> Importante observar que no século XIX ainda não havia um modelo padrão a ser adotados pelas bibliotecas. Cada uma fazia uso do sistema de classificação que melhor adequasse a representação do seu acervo e, por vezes, mais de uma influência podia ser notada num mesmo catálogo Ferraz (2017).

<sup>9</sup> Antes da industrialização dos livros era comum a venda de obras sem encadernação. Essa prática diminuía o volume dos itens facilitando seu transporte, além de baratear os custos de sua comercialização. A instituição ou o particular que adquirisse os livros deveria provê-los de encadernação ou solicitar que estes viessem já encadernados como atesta Midori (2017, p. 163) ao referir-se à compra de livros pela Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1882.

Quinze de Novembro, 49 e 51 e *Caes da Regeneração* 42, 44 e 44<sup>a</sup>, em 1896. Impresso no formato in 8° com encadernação clássica com meia capa em couro e papel marmorizado traz, na folha de rosto, o brasão republicano. O papel usado para impressão do miolo e folhas de guarda do tipo industrial é ácido, tornando as folhas quebradiças e manchadas. O exemplar apresenta algumas marcas de consulta com riscos que indicam seleção de obras. Além disso, marca de carimbo, número de tombamento e cartão de empréstimo configuram os sinais como registros da Biblioteca de Direito.

Por fim, com a análise do repertório, pode-se inferir por meio do catálogo que este espelha as mudanças pela qual o ensino do Direito passou na Academia do Norte. Permaneceram presentes no acervo autores da bibliografia básica do Curso indicados nos Estatutos do Visconde de Cachoeira como o latinista J. G. Heineccius em quatro títulos, bem como, autores das Ciências Naturais, como Charles Darwin, em edição de 1891 para "*La descendance de l'homme*". Aliás, antes mesmo da laicização do ensino firmada na constituição republicana de 1891 o evolucionismo filosófico faz-se presente na Faculdade de Direito por meio do movimento intitulado Escola do Recife, encabeçado por Tobias Barreto e Sylvio Romero. O positivismo, monismo, evolucionismo e outras teorias diversas recebeu o olhar crítico desses juristas. Dentre os autores por eles estudados há a presença de Jhering de quem a Biblioteca indicava sete obras das quais duas traduzidas para o português, uma delas "*A lucta pelo direito*" utilizada por Sílvio Romero na defesa de sua tese. Também August Comte com o "*Cours de philosophie positive*", edição de 1869 em 6 v. A literatura alemã ganha espaço no acervo por meio de Imanuel Kant dentre outros filósofos e juristas alemães citados por Tobias em seus estudos.

A Filosofia do Direito, que abre o catálogo jurídico, ganhou novo olhar afastando-se da carga teológica e determinista dedicada aos estudos jurídicos. Em 1889 a Biblioteca foi enriquecida por esse senso crítico ao receber o acervo de Tobias, após a sua morte. O pensamento de Tobias Barreto marca presença na Filosofia do Direito, bem como, no Direito Criminal. As aquisições de livros por compra e permuta foram aos poucos municinando o ensino jurídico do Norte do país e nele fomentando um pensamento original próprio à realidade nacional desprendendo-se, no possível, da influência estrangeira.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como falar de livros e bibliotecas sem fazer menção aos seus catálogos. Na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife o Catálogo Geral de 1896 reflete, por meio do arranjo sistemático, o encaminhamento que as reformas republicanas, pautadas nos ideais positivistas, traziam ao ensino superior. Na Academia do Norte ou, Escola do Recife, as ideias filosóficas inovadoras são representadas por autores e obras presentes no acervo bibliográfico. Peregrino fugiu ao padrão europeu pré-estabelecido para a organização do conhecimento e estabeleceu um índice metódico apresentando as matérias destinadas aos professores e alunos do Curso Jurídico. Assim, a Bibliografia Histórica proporciona à Organização do Conhecimento o seu caráter interdisciplinar que faz com que elementos da Biblioteconomia e da História do Livro se relacionem tendo o objeto-livro como fonte para a construção do objeto de estudo.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, André V. de F. *Dos livros e da leitura no claustro: elementos de história monástica, de história cultural e de Bibliografia Histórica para o estudo da Biblioteca-Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (Sécs. XVI-XVIII)*. 2008. 343 f. il. color. Dissertação (Mestrado) - USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10022009-124405/pt-br.php>. Acesso em: 15 out. 2019.
- ARAÚJO, André V. de F. Pioneirismo bibliográfico em um polímata do séc. XVI: Conrad Gesner. *Rev. Informação & Informação*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 118 - 142, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23127>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- ARAÚJO, Carlos A. A. *O que é Ciência da Informação*. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- BARITÉ, Mario (Org.). *Diccionario de Organización del Conocimiento: clasificación, indización, terminología*. 6. ed. corrig. aum. Montevideo: CSIC, 2015. Disponível em: <http://www.universidad.edu.uy/renderResource/index/resourceId/45887/siteId/3>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- BELO, André. *História, livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BRIET, Suzanne. *O que é a documentação?* Brasília: Briquet de Lemos, 2016.
- BUCKLAND, M. K. *Informação como coisa*. Tradução: Trad. de L. Artêncio, 2004, PPG-CID – ECA/USP. São Paulo, 1º sem./2004. Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cjpgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjpgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf). Acesso em: 1 maio 2019.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UNB, 1999.
- CRIPPA, Giulia. A arte da bibliografia: ferramentas históricas, problemas metodológicos e práticas contemporâneas. *Rev. Informação & Informação*, Londrina, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23134/17340>. Consultado em: 9 maio 2019.
- DARNTON, Robert. O que é a História do Livro? In: \_\_\_\_\_. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 189-219.
- GOMES, Hagar Espanha. Marcos históricos e teóricos da organização do conhecimento. *Rev. Informação & Informação*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 33 – 66, maio/ago., 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31442>. Acesso em: 16 maio 2019.
- LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília: B. de Lemos, 2004.

MALCLÈS, Louise-Noëlle. *La bibliographie*. Paris: PUF, 1956.

MEY, Eliane Serrão A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

PINHO, Fábio Assis. *Fundamentos da organização e representação do conhecimento*. Recife: EdUFPE, 2009.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, n. 2, p. 19-33, 1988. Disponível em: <http://cfc.ul.pt/textos/OP%20%20Da%20Classificacao%20dos%20Seres%20a%20Classificacao%20dos%20Saberes.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SORDET, Yann. Da argila à nuvem: uma história dos catálogos de livros, II milênio – século XXI. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, n. 6, p. 23-70, 2017.